



Prefeitura de
Lagoa Formosa

Secretaria Municipal de
Administração

Assunto: **Impugnação ao edital.**

Referência: **Análises impugnação - Pregão Presencial 039/2021**

O Licitante Francisco Barro Filho solicitou a impugnação ao Pregão Presencial n.º 039/2021, conforme anexo.

DA PARCER JURÍDICO:



Prefeitura Municipal de Lagoa Formosa

Praça Dona Filomena – nº 02 – Lagoa Formosa (MG)
CNPJ: 18.602.078/0001 – 41 ☎ (034) 3824-2000

Parecer Jurídico

Impugnação ao edital. Análise

Senhor Pregoeiro,

Trata-se de análise - de pedido de impugnação ao Edital do Pregão Presencial nº 039/2021, referente ao Processo Licitatório nº 141/2021, formulado pelo interessado FRANCISCO BARROSO FILHO.

Em sua pretensão recursal informa que o município de Lagoa Formosa teria supostamente exacerbado os limites da lei, ao promover a exigência da licitante em promover a mediação de conflitos, conforme item 10, subitem "qualificação técnica", alínea "b", do Edital, vazado nos seguintes termos:

B- Comprovação de que a pessoa jurídica licitante tem autorização legal para atuar como Câmara de Mediação de Conflitos credenciada junto ao Tribunal de Justiça de Minas Gerais;

Continuou asseverando que referida exigência seria "desarrazoável e restringe a livre participação de empresas que detém expertise para tal finalidade".

Também impugnou o item 10, subitem "qualificação técnica", no que tange as alíneas:

E- A equipe da empresa licitante deverá obrigatoriamente contar com os seguintes profissionais:¹
I. 01 (um) coordenador geral Advogado;
II. 01 (um) profissional com formação judicial e experiência em Mediação de Conflitos devidamente cadastrado no Conselho Nacional de Justiça e Tribunal de Justiça de Minas Gerais;
III. 01 (um) profissional com experiência comprovada através de atestados de

¹ Impugnado ao argumento de que "além de requerer que a empresa licitante tenha um alargado número de profissionais em seu quadro de colaboradores, exige-se qualificações técnicas que extrapolam, demasiadamente, os requisitos mínimos de atribuição para a execução de trabalhos referentes à regularização fundiária" e ainda que "o edital engessou na figura de um advogado a função de coordenador geral – atribuição que pode ser plenamente realizada por profissional da área de engenharia, arquitetura e afins. Finalizou seus argumentos afirmando que o edital "requer, concomitantemente, um profissional na área jurídica, com experiência em mediação de conflitos E cadastrado no Conselho Nacional de Justiça E Tribunal de Justiça de Minas Gerais; um profissional da área de psicologia com experiência na mediação de conflitos; um profissional da área de engenharia civil, com experiência na regularização fundiária E com especialização em georreferenciamento E gerenciamento de projetos; um profissional para a área administrativa da regularização fundiária; um profissional com experiência em execução de regularização fundiária E com formação em Meio Ambiente; um profissional com habilidades em georreferenciamento E com formação em Meio Ambiente;"



Prefeitura Municipal de Lagoa Formosa

Praça Dona Filomena – nº 02 – Lagoa Formosa (MG)

CNPJ: 18.602.078/0001 – 41 ☎ (034) 3824-2000

capacidade técnica em Procedimentos Administrativos de Regularização Fundiária na modalidade REURB-S e REURB-E;

IV. 01 (um) profissional com formação em Serviço Social devidamente registrada no CRSS – Conselho Regional de Serviço Social - com experiência comprovada e/ou especialização no terceiro setor e políticas públicas e em realização de cadastro dos beneficiários em procedimento de Regularização Fundiária;

V. 01 (um) profissional com formação em Agrimensura com registro no INCRA e no respectivo conselho de classe;

VI. 01 (um) profissional da Engenharia Civil com experiência comprovada em execução de Regularização Fundiária e especialização em Georreferenciamento e Gerenciamento de Projetos;

VII. 01 (um) profissional com experiência comprovada em execução de Regularização Fundiária na modalidade REURB-S e REURB-E e formação em Meio Ambiente;

VIII. Obs: Os profissionais descritos as alíneas “e”, “f” e “g” deverão apresentar a Certidão de Acervo Técnico – CAT devidamente registradas no Conselho de Classe ou documento equivalente;²

IX. 01 (um) profissional da Psicologia com experiência junto a Mediadores em processos de Regularização Fundiária;

X. (01) profissional habilitado para executar procedimento de Georreferenciamento com formação em Meio Ambiente;

F- A experiência dos profissionais poderá ser comprovada por meio de atestados de capacidade técnica, diplomas, matérias em jornais ou sites, artigos ou livros publicados sobre a matéria;

G- Todos os profissionais das alíneas “a” e “b” deverão apresentar curriculum na plataforma lattes do CNPQ, do site <http://lattes.cnpq.br/>;

E, por fim, insurgiu-se contra as disposições do item 10, subitem “outras comprovações”, alínea “a”, com a seguinte redação:

a) Declaração de **COMPROVAÇÃO DE APTIDÃO TÉCNICA**, assinada pelo representante legal do ofertante, coordenador técnico e pelos profissionais que irão executar o serviço, acompanhado de documento comprobatório de direito que comprove os poderes de investidura para a assinatura da pessoa jurídica, onde ambos declaram ter capacidade técnica de executar os serviços licitados.

Segundo as alegações do impugnante as exigências editalícias teriam o condão de afastar “qualquer proporcionalidade e razoabilidade” e supostamente “demonstra a intenção de restrição à livre participação, fica evidente o confronto direto a Princípios Constitucionais da impessoalidade, da isonomia, da legalidade, da moralidade. É cristalino que o conteúdo e a extensão de tais exigências fogem do que é real objeto da licitação”.

² Aduziu que “a exigência de apresentação de declaração de comprovação de aptidão técnica assinada pelo representante legal da licitante, pelo coordenador técnico e por todos os profissionais que irão executar o serviço. Sendo assim, qual é a finalidade das Certidões de Acervo Técnico – CAT? Qual razão em exigir além da CAT uma declaração de comprovação de aptidão técnica?”

27

J.



Prefeitura de
Lagoa Formosa

Secretaria Municipal de
Administração



Prefeitura Municipal de Lagoa Formosa

Praça Dona Filomena – nº 02 – Lagoa Formosa (MG)

CNPJ: 18.602.078/0001 – 41

(034) 3824-2000

Concluiu sua argumentação alegando que as exigências do edital teriam o condão de afrontar o "princípio da competitividade, repudiado pelo Superior Tribunal de Justiça".³

Eis a breve síntese da argumentação. Segue a manifestação.

A – DAS PONDERAÇÕES PRELIMINARES:

Inicialmente, deve-se levar em apreço que as questões que envolvem mérito administrativo (critérios de conveniência e oportunidade) não poderiam ser objeto de questionamento, não cabendo mesmo ao Poder Judiciário, adentrar em referida matéria, conforme entendimento sedimentado no âmbito da jurisprudência do Supremo Tribunal Federal:

ATO ADMINISTRATIVO. ATO VINCULADO. CONTROLE JURISDICIONAL. REINTEGRAÇÃO DE FUNCIONÁRIO DEMITIDO. E PACÍFICO O ENTENDIMENTO DE QUE A APRECIÇÃO PELO JUDICIÁRIO DOS PRESSUPOSTOS OU MOTIVOS DETERMINANTES DE UM ATO ADMINISTRATIVO VINCULADO, COMO OCORRE NA ESPÉCIE, NÃO IMPORTA INVASÃO DO JUÍZO DISCRICIONÁRIO DO PODER EXECUTIVO, NO APRECIAR O MÉRITO, SENÃO O EXATO CONTROLE DA LEGALIDADE DO ATO. - RECURSO EXTRAORDINÁRIO NÃO CONHECIDO (STF - RE: 88121 PR, Relator: RAFAEL MAYER, Data de Julgamento: 19/06/1979, PRIMEIRA TURMA, Data de Publicação: DJ 10-08-1979)

Inexistindo ilegalidades na prática dos atos administrativos, não cabe ao Judiciário ou qualquer outra pessoa, intervir nas questões de conveniência e oportunidade do administrador, consoante a análise, a *contrario sensu*, do seguinte precedente do Supremo Tribunal Federal:

ADMINISTRATIVO. AGRAVO REGIMENTAL EM AGRAVO DE INSTRUMENTO. ART. 557 DO CPC. APLICABILIDADE. ALEGADA OFENSA AO ART. 2º DA CF. **ATO ADMINISTRATIVO DISCRICIONÁRIO. ILEGALIDADE. CONTROLE JUDICIAL. POSSIBILIDADE.** APRECIÇÃO DE FATOS E PROVAS. SÚMULA STF 279. 1. Matéria pacificada nesta Corte possibilita ao relator julgá-la monocraticamente, nos termos do art. 557 do Código de Processo Civil e da jurisprudência iterativa do Supremo Tribunal Federal. 2. A apreciação pelo Poder Judiciário do ato administrativo discricionário tido por ilegal e abusivo não ofende o Princípio da Separação dos Poderes. Precedentes. 3. É incabível o Recurso Extraordinário nos casos em que se impõe o reexame do quadro fático-probatório para apreciar a apontada ofensa à Constituição Federal. Incidência da Súmula STF 279. 4. Agravo regimental improvido. (AI 777.502-AgR, Rel. Min. Ellen Gracie, Segunda Turma, DJe 25.10.2010).

Portanto, a escolha criteriosa do objeto da licitação e a adoção de medidas para possibilitar a regular prestação do serviço não ensejaria qualquer ilegalidade. Ao revés, cabe ao poder público adotar as cautelas necessárias a prestação de serviços licitados com efetividade e eficiência, trazendo segurança jurídica.

³ RESP 474481/DF



Prefeitura de
Lagoa Formosa

Secretaria Municipal de
Administração



Prefeitura Municipal de Lagoa Formosa

Praça Dona Filomena – nº 02 – Lagoa Formosa (MG)

CNPJ: 18.602.078/0001 – 41

☎ (034) 3824-2000

B – DO OBJETO E DA NATUREZA DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS:

O edital de Pregão Presencial nº 039/2021, referente ao Processo de Licitação nº 141/2021, tem por objeto:

CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS DE CAPACITAÇÃO/TREINAMENTO, CONSULTORIA E ASSESSORIA DE NATUREZA JURÍDICA, URBANÍSTICA, TOPOGRAFIA E GEOPROCESSAMENTO A FIM DE PROMOVER A MEDIAÇÃO DE CONFLITOS E A EXECUÇÃO DOS TRABALHOS DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA DE INTERESSE SOCIAL E/OU ESPECÍFICO DE TÍTULOS REGULARIZADOS E ÁREAS URBANAS OU URBANIZADAS DO MUNICÍPIO DE LAGOA FORMOSA.

Com efeito, o cerne da contratação é a prestação de serviços técnicos de capacitação/treinamento, consultoria e assessoria de natureza jurídica, urbanística, topografia e geoprocessamento, com o intuito de mediar conflitos e promover a Regularização Fundiária de áreas urbanas.

A Regularização Fundiária Urbana deverá observar rigorosamente as disposições e exigências da Lei nº 13.465/2017.

O art. 9º, da Lei nº 13.465/2017, dispõe:

Art. 9º Ficam instituídas no território nacional normas gerais e procedimentos aplicáveis à Regularização Fundiária Urbana (Reurb), a qual abrange medidas jurídicas, urbanísticas, ambientais e sociais destinadas à incorporação dos núcleos urbanos informais ao ordenamento territorial urbano e à titulação de seus ocupantes.

Veja-se que, nos termos do citado comando legislativo, a Regularização Fundiária Urbana (REURB) **abrange medidas de natureza: a) jurídica; b) urbanística; c) ambientais; e d) sociais, o que certamente exige que a empresa prestadora dos serviços tenha uma equipe multidisciplinar, apta e qualificada para entregar os serviços objeto da contratação.**

Referida conclusão se extrai da análise dos objetivos da REURB, em que os entes públicos, dentre eles os Municípios, deverão observar:

Art. 10. Constituem objetivos da Reurb, a serem observados pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios:

I - identificar os núcleos urbanos informais que devam ser regularizados, organizá-los e assegurar a prestação de serviços públicos aos seus ocupantes, de modo a melhorar as condições urbanísticas e ambientais em relação à situação de ocupação informal anterior;

II - criar unidades imobiliárias compatíveis com o ordenamento territorial urbano e constituir sobre elas direitos reais em favor dos seus ocupantes;

III - ampliar o acesso à terra urbanizada pela população de baixa renda, de modo a priorizar a permanência dos ocupantes nos próprios núcleos urbanos informais regularizados;

IV - promover a integração social e a geração de emprego e renda;



Prefeitura de
Lagoa Formosa

Secretaria Municipal de
Administração



Prefeitura Municipal de Lagoa Formosa

Praça Dona Filomena – nº 02 – Lagoa Formosa (MG)

CNPJ: 18.602.078/0001 – 41

☎ (034) 3824-2000

V - estimular a resolução extrajudicial de conflitos, em reforço à consensualidade e à cooperação entre Estado e sociedade;

VI - garantir o direito social à moradia digna e às condições de vida adequadas;

VII - garantir a efetivação da função social da propriedade;

VIII - ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e garantir o bem-estar de seus habitantes;

IX - concretizar o princípio constitucional da eficiência na ocupação e no uso do solo;

X - prevenir e desestimular a formação de novos núcleos urbanos informais;

XI - conceder direitos reais, preferencialmente em nome da mulher;

XII - franquear participação dos interessados nas etapas do processo de regularização fundiária.

É certo que, o cumprimento dos objetivos estabelecidos pela Lei nº 13.465/2017, salvaguarda um conjunto integrado de ações que deverão ser efetivadas por profissionais multidisciplinares, de diversas áreas do conhecimento.

Corroborando o prelecionado, é de se observar que o art. 35, da Lei nº 13.465/2011 elenca que o projeto de regularização fundiária deverá conter, no mínimo, diversos estudos, laudos e ações, que somente poderão ser cumpridas pelos profissionais exigidos no edital, o que torna injustificada a impugnação em questão.

Assim, a exigência contida no item 10, subitem “qualificação técnica”, alínea “e”, do Edital, atende aos princípios e objetivos regentes da REURB, cabendo a empresa vencedora do certame possuir uma equipe de profissionais multidisciplinares com formação técnico-profissional em suas respectivas áreas do conhecimento.

Ressalte-se que, diversas ações previstas na Lei nº 13.465/2017, são atos privativos de profissionais de áreas regulamentadas pelo a que a inexistência de referidos profissionais na equipe, além de ser extremamente prejudicial a execução dos serviços objeto do edital, ainda tornariam o poder público municipal conivente com o exercício irregular de profissão o que é inadmissível.

No que tange a exigência de que o coordenador-geral seja advogado, não há qualquer irregularidade no edital, eis que a própria legislação da REURB elenca a utilização de extenso rol de procedimentos de natureza jurídica (ato privativo de profissional advogado) como mecanismos indispensáveis a regularização fundiária, na forma do art. 15, da Lei nº 13.465/2017.

Como as ações para efetivação da REURB, conforme acima informado, são vinculadas à atividade jurídica, é certo que o coordenador-geral da equipe deverá ter o conhecimento técnico-profissional necessário a possibilitar a efetivação das referidas ações, sendo imprescindível a formação jurídica do profissional, como forma de salvaguardar a eficiência na prestação dos serviços.

Tem-se que a finalidade precípua da REURB é proporcionar a regularização da posse irregular de um imóvel, com o fornecimento do título de propriedade ao interessado (direito real), instituto eminentemente jurídico, o que seria suficiente para justificar a escolha do profissional advogado para coordenação da equipe. As demais atividades praticadas por outros profissionais, apesar de



Prefeitura de
Lagoa Formosa

Secretaria Municipal de
Administração



Prefeitura Municipal de Lagoa Formosa

Praça Dona Filomena – nº 02 – Lagoa Formosa (MG)

CNPJ: 18.602.078/0001 – 41

☎ (034) 3824-2000

indispensáveis à REURB, são consideradas acessórias ao cumprimento do objetivo principal do processo, pelo que não seria adequado nem eficaz à coordenação recair sobre profissional de área do conhecimento diversa da advocacia.

Portanto, não há razões para se prover a argumentação do impugnante de que a exigência de uma equipe multidisciplinar caracteriza exigência de natureza restritiva, pois, ao revés, advém das disposições da Lei nº 13.465/2017 e configura decisão de mérito do poder público municipal, intangível, como elemento para promover segurança jurídica e salvaguardar a efetividade e eficiência na execução dos serviços.

C – DA MEDIAÇÃO COMO ELEMENTO INDISPENSÁVEL PARA EFETIVIDADE DA REURB:

Segundo preconiza o art. 10, inciso IV, da Lei nº 13.465/2011, dentre os demais objetivos da REURB, destaca-se:

Art. 10. Constituem objetivos da Reurb, a serem observados pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios:

(...)

V - estimular a resolução extrajudicial de conflitos, em reforço à consensualidade e à cooperação entre Estado e sociedade;

Da dicção do citado diploma, depreende-se, estreme de dúvidas, que dentre os objetivos da REURB exsurge o estímulo à resolução extrajudicial de conflitos.

Neste particular, tem-se que na hipótese de sobrevir divergências entre os interessados durante a regularização das unidades habitacionais, fica facultado ao poder público a adoção da mediação como critério para solução das divergências e promover a pacificação social (art. 21, Lei nº 13.465/2011).

É certo que, o surgimento de conflitos durante o processo de regularização fundiária é elemento que traz profundo embaraço à concretização do processo para concessão do título de propriedade ao interessado, sendo que a utilização da ferramenta da mediação, conforme autorizado pela lei, não poderá jamais ser considerado como mecanismo para restringir a participação do certame de interessados.

Muito pelo contrário, é uma ferramenta indispensável para promover a efetividade da REURB, trazendo aos beneficiados a integração social e o cumprimento da função social da propriedade, objetivos insertos no art. 10, da Lei nº 13.465/2011.

Novamente, a escolha da utilização da mediação como importante ferramenta na efetividade da prestação dos serviços, faz parte da análise da matriz de risco do certame e é critério de mérito administrativo (conveniência e oportunidade do administrador), pelo que não existem fundamentos para alteração do edital na impugnação apresentada pelo interessado.



Prefeitura Municipal de Lagoa Formosa

Praça Dona Filomena – nº 02 – Lagoa Formosa (MG)

CNPJ: 18.602.078/0001 – 41

☎ (034) 3824-2000

D – DAS EXIGÊNCIAS DE QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:

O art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, estabelece:

Art. 37. (...)

(...)

XXI - ressalvados os casos especificados na legislação, as obras, serviços, compras e alienações serão contratados mediante processo de licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes, com cláusulas que estabeleçam obrigações de pagamento, mantidas as condições efetivas da proposta, nos termos da lei, o qual somente permitirá as exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações.

Diante das disposições constitucionais, o art. 27, inciso II, da Lei nº 8.666/1993, estabelece que:

Art. 27. Para a habilitação nas licitações exigir-se-á dos interessados, exclusivamente, documentação relativa a:

(...)

II - qualificação técnica;

Segundo o ilustre MARÇAL JUSTEN FILHO a qualificação técnica cinge-se ao domínio das habilidades (teoria e prática) para promover a execução do objeto do certame:

A expressão "qualificação técnica" tem grande amplitude de significado. Em termos sumários, consiste no domínio de conhecimentos e habilidades teóricas e práticas para execução do objeto a ser contratado. Isso abrange, inclusive, à situação de regularidade em face de organismos encarregados de regular determinada profissão. Na ordenação procedimental tradicional, essa qualificação técnica deverá ser investigada em fase anterior ao exame das propostas e não se pode nem sequer admitir a formulação de propostas por parte de quem não dispuser de condições técnicas de executar a prestação.⁴

A exigência de qualificação técnica dos licitantes decorre da Constituição Federal e das próprias disposições da Lei nº 8.666/1993, não configurando qualquer violação das disposições do art. 3º, § 1º, inciso I, do citado diploma. Em linhas gerais, diante do interesse público e da garantia de uma efetiva e eficiente consecução do objeto da licitação, exigências de natureza técnica não teriam jamais o condão de afastar a competitividade do certame, apenas salvaguardando a participação no certame de empresas que sejam aptas a cumprir fielmente as disposições e exigências do edital.

Repita-se, a qualificação técnica nas licitações é elemento essencial sendo pressuposto exigido quando da habilitação dos interessados, com vistas a salvaguardar que a licitante vencedora consiga executar fielmente o objeto da

⁴ Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos: Lei 8.666/1993. 18ed. rev., atual. e ampl.. São Paulo: Thomson Reuters Brasil, 2019. p. 714.

2

J.



**Prefeitura de
Lagoa Formosa**

Secretaria Municipal de
Administração



Prefeitura Municipal de Lagoa Formosa

Praça Dona Filomena – nº 02 – Lagoa Formosa (MG)

CNPJ: 18.602.078/0001 – 41

☎ (034) 3824-2000

contratação. Possibilita que o erário evite prejuízos decorrentes da má execução do bem/serviço licitado e, no caso concreto, que os beneficiários da REURB possam ter as unidades habitacionais devidamente regularizadas, com a obtenção de documento para obtenção do título de propriedade.

O TCE/MG, por ocasião do Parecer Técnico proferido nos autos do processo nº 932.433, assim se pronunciou acerca de questões dessa natureza:

Assim, é legítima e cabível a conduta da administração que, em razão de determinado objeto, delibera no sentido de não admitir a participação de todos quantos assim queiram, mas apenas daqueles que preencham determinados requisitos necessários à execução do objeto contratual.

No caso em comento, o edital apenas consignou para fins de habilitação a apresentação de documentos necessários à estrita capacidade técnica dos responsáveis pelo cumprimento do objeto do certame, em consonância com as exigências da Lei nº 13.465/2017 e com o art. 30, inciso I, da Lei nº 8.666/1993 (registro ou inscrição na entidade profissional competente, comprovação de aptidão para o desempenho de atividade pertinente, etc).

Assim, no que tange aos documentos de habilitação dos profissionais, veja-se o art. 1º, da Lei nº 6.839/1980, exige:

Art. 1º O registro de empresas e a anotação dos profissionais legalmente habilitados, delas encarregados, serão obrigatórios nas entidades competentes para a fiscalização do exercício das diversas profissões, em razão da atividade básica ou em relação àquela pela qual prestem serviços a terceiros.

Por conseguinte, o edital exigir que o vencedor do certame tenha profissionais com habilidade técnica para o cumprimento das exigências da Lei nº 13.465/2011 quanto à REURB e que aqueles vinculados a categorias profissionais regulamentadas apresentem a documentação profissional obtida a cada Conselho não podem ser tratadas como medidas desnecessárias e que vedam a ampla concorrência.

Pelo contrário, as exigências visam apenas evitar prejuízos ao erário e uma efetiva prestação dos serviços vinculados a REURB, respeitando-se os pressupostos e exigências previstas na legislação correlata, garantindo o acesso irrestrito de participantes no processo licitatório.

Até mesmo a exigência de profissional com formação judicial e experiência em Mediação dos Conflitos com cadastro no CNJ e no TJMG decorre de expressa disposição do art. 34, inciso V, da Lei nº 13.465/2011 e das disposições do art. 167, do CPC.

A Certidão de Acervo Técnico é documento legal a comprovar a experiência profissional, conforme abaixo explicitado, pelo que fica evidente sua inclusão no edital como exigência de comprovação técnica:

27

J



Prefeitura de
Lagoa Formosa

Secretaria Municipal de
Administração



Prefeitura Municipal de Lagoa Formosa

Praça Dona Filomena – nº 02 – Lagoa Formosa (MG)

CNPJ: 18.602.078/0001 – 41 ☎ (034) 3824-2000

A Certidão de Acervo Técnico é um documento legal, que comprova toda a experiência adquirida pelo profissional ao longo do exercício da sua profissão e é composta pelas Anotações de Responsabilidade Técnica, devidamente registradas no CREA.

A CAT propicia ao profissional a comprovação de sua experiência técnica, sendo documento hábil para participação em licitações, cadastro entre outros, e pertence sempre ao profissional que registrou a ART da obra ou serviço, e não à empresa.

A CAT de uma empresa é representada pelos Acervos Técnicos dos profissionais componentes do seu quadro técnico e de seus consultores devidamente contratados. É por meio do Acervo dos profissionais que as empresas comprovam sua capacidade técnico-profissional.⁵

Convém apenas esclarecer que o edital fez menção as alíneas “e”, “f” e “g”, no item 10, subitem “qualificação técnica”, inciso VIII (OBS), referindo-se as profissões de engenharia (vinculadas ao CREA) mencionadas nos incisos V, VI e VII, do edital, pelo que deverá ser feita a correção da numeração (simples erro material). Ora, Certidão de Acervo Técnico trata-se de exigência legal relativa aos referidos profissionais, ficando afastada nesse particular a impugnação do interessado.

No que se refere a exigência de apresentação de *curriculum* na plataforma lattes do CNPJ (plataforma pública, acessível a qualquer pessoa), não traz qualquer prejuízo ao certame e não limita a participação de qualquer interessado. Aqui também faz necessidade de correção do erro material do edital, onde se lê alíneas “a” e “b”, deve-se entender incisos I e II.

Por fim, a exigência de apresentação de Declaração de Comprovação de Aptidão Técnica, sem a colocação de qualquer condicionamento de tempo ou outra imposição, não configura ilegalidade nem restringe a participação do certame, notadamente diante da natureza e das exigências legais no que tange a REURB, pelo que afastada a matéria impugnada.

As exigências de qualificação técnica contidas no edital são aquelas indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações e a execução regular e eficiente do objeto licitado, em harmonia com a jurisprudência do STF, mencionado por MARÇAL JUSTEM FILHO:

• “Exigências de qualificação técnica podem ser estipuladas, desde que indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações. 3. Jurisprudência pacífica da Corte”(AI 837.832 AgRg/MG, 2 a T., rel.Min. Gilmar Mendes,j. em 05.04.2011, DJe de 15.04.2011).

Diante das ponderações alinhavas inexistem motivos jurídicos para o acatamento a matéria impugnada, mantendo-se as disposições editalícias e o prosseguimento do certame.

⁵ Fonte: CERTIDÃO DE ACERVO TÉCNICO - CAT. Disponível em: <[http://www.crea-pr.org.br/crea2/html/art2/art_certidao_acervo.htm\(link isexternal\)](http://www.crea-pr.org.br/crea2/html/art2/art_certidao_acervo.htm(link isexternal))>. Acessado em 11 nov 2021.



**Prefeitura de
Lagoa Formosa**

Secretaria Municipal de
Administração



Prefeitura Municipal de Lagoa Formosa

Praça Dona Filomena – nº 02 – Lagoa Formosa (MG)

CNPJ: 18.602.078/0001 – 41 ☎ (034) 3824-2000

Ante o exposto, entende a Assessoria Jurídica do Município de Lagoa Formosa, pela manutenção das disposições editalícias, por ausência de motivos para se anular ou retificar o Edital e seus anexos, consoante as ponderações retro perflhadas, e pelo regular processamento do certame.

É a manifestação, salvo melhor juízo.


Lagoa Formosa, 11 de novembro de 2021.


RODRIGO MARTINS PEREIRA
Assessor Jurídico

RESPOSTA DO PREGOEIRO:

Conforme parecer jurídico, considerando que as razões da impugnação não foram aceitas. Esta comissão deixa de acatar razões impetradas pelo impugnante FRANCISCO BARROSO FILHO, mantendo-se inalteradas as condições de habilitação exigidas no edital.

Lagoa Formosa, 11 de novembro de 2021.


Luiz Fernando Martins Costa
Pregoeiro